

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 77ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
1.2 – Comissões

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

2.1 – Comissões

3 – MANIFESTAÇÕES

4 – REQUERIMENTOS APROVADOS



ATAS

ATA DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 9/9/2021

Presidência dos Deputados Antonio Carlos Arantes e Doutor Jean Freire

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 3.043, 3.095, 3.100 e 3.102/2021; Requerimentos n°s 9.172, 9.173, 9.176 a 9.179 e 9.181 a 9.183/2021; Requerimento Ordinário n° 1.099/2021 – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Carlos Pimenta, Charles Santos, Bartô e Coronel Henrique – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Despacho de Requerimentos: Requerimento Ordinário n° 1.099/2021; deferimento – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Doutor Jean Freire – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Arnaldo Silva – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Charles Santos, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Professor Cleiton, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. João Paulo Fernandes Resende, presidente da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, solicitando, com urgência, apoio para melhorias no funcionamento do sistema de regulação do SUSFácil e esclarecimentos sobre as circunstâncias que envolveram o cadastramento e as dificuldades de transferência dos pacientes que menciona para tratamento adequado. (– À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Carlos Viana, senador da República, manifestando satisfação pela criação da coleção “300 anos de Minas Gerais” e agradecendo o envio do *Livro-Reportagem das Comemorações do Tricentenário de Minas Gerais*, de Américo Antunes.

Do Sr. Jean Carlos Otoni Rocha, presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária de Minas Gerais – Sindasp-MG –, encaminhando proposição elaborada pela presidência e pelo corpo diretivo do referido sindicato, que dispõe sobre a estrutura da administração pública do Poder Executivo e dá outras providências, e solicitando apoio para sua tramitação e aprovação. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador da Câmara Municipal de Ouro Fino, solicitando seja enviada correspondência ao embaixador e ao cônsul da Itália informando que o Município de Ouro Fino se encontra apto a receber investimentos de empresas de capital italiano. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador da Câmara Municipal de Ouro Fino, solicitando seja apresentado projeto propondo que sejam reconhecidas como de relevante interesse cultural do Estado as cidades de Ouro Fino, Monte Sião e Jacutinga. (– Ao deputado Dalmo Ribeiro Silva.)

Do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador da Câmara Municipal de Ouro Fino, posicionando-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei no 2.617/2021 e cumprimentando a deputada Beatriz Cerqueira pela autoria da proposição. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador da Câmara Municipal de Ouro Fino, solicitando seja enviada correspondência ao secretário especial da Receita Federal do Brasil e ao delegado-geral da Polícia Civil de Minas Gerais com vistas à criação, respectivamente, de um posto de atendimento da Receita Federal e de uma delegacia regional da Polícia Civil em Ouro Fino. (– À Comissão de Participação Popular.)

Do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador da Câmara Municipal de Ouro Fino, manifestando apoio ao Projeto de Lei no 2.836/2021, do deputado Hely Tarquínio. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador da Câmara Municipal de Ouro Fino, solicitando seja apresentado, em nível estadual, projeto de lei similar ao Projeto de Lei nº 3.614/2019, que tramita no Senado Federal, e ao Projeto de Lei no 1.827/2015, que tramita nesta Casa. (– Anexe-se ao Projeto de Lei no 1.827/2015.)

Do Sr. Márcio Makoto Missaka, gerente de filial da Caixa Econômica Federal, informando crédito de recursos financeiros referentes ao Termo de Compromisso nº 0398486-78/2012, firmado com a Secretaria de Estado de Fazenda no âmbito do programa GEST RISC R DES, sob gestão do Ministério do Desenvolvimento Regional. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Acauã Aparecido Carvalho dos Santos, manifestando apoio ao Projeto de Lei nº 1.827/2015, do deputado João Vítor Xavier. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Mario Marconini, diretor-presidente da Teneo e representante no Brasil da Entertainment Software Association, e outros, todos representantes do ecossistema brasileiro de esportes eletrônicos – *e-sports* –, manifestando-se contrariamente à tramitação do Projeto de Lei nº 2.207/2020 e colocando-se à disposição para compartilhar conhecimentos e pontos de vista sobre o assunto. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Jarbas Soares Júnior, procurador-geral de Justiça, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 545/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Onésio de Oliveira Andrade, prefeito municipal de São Roque de Minas, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.971/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Onésio de Oliveira Andrade, prefeito municipal de São Roque de Minas, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.972/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Paulo Tiago Almeida Miranda, chefe substituto da Assessoria Parlamentar do Ministério da Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.827/2021, da Comissão da Pessoa com Deficiência. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Luciana Marques Coutinho, procuradora do Trabalho, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.917/2021, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Paulo Tiago Almeida Miranda, chefe substituto da Assessoria Parlamentar do Ministério da Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.956/2021, do deputado Cleitinho Azevedo. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Paulo Tiago Almeida Miranda, chefe substituto da Assessoria Parlamentar do Ministério da Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.027/2021, do deputado Cleitinho Azevedo. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Paulo Tiago Almeida Miranda, chefe substituto da Assessoria Parlamentar do Ministério da Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.702/2021, do deputado Marquinho Lemos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Paulo Tiago Almeida Miranda, chefe substituto da Assessoria Parlamentar do Ministério da Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.770/2021, da deputada Rosângela Reis. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Marcus C. Vasconcelos, assessor técnico de gabinete da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.002/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Alexandre Bustamante dos Santos, secretário de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.002/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.707/2021, da Comissão de Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.654/2021, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Bruno Oliveira Alencar, presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.466/2021, do deputado Leonídio Bouças. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Reynaldo Passanezi Filho, diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.334/2021, do deputado Betão. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.411/2021, da Comissão de Minas e Energia. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.980/2020, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.980/2020, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.021/2020, da deputada Andréia de Jesus. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. William França Cordeiro, secretário nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo do Ministério do Turismo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.453/2021, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Reynaldo Passanezi Filho, diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.782/2021, da Comissão de Fiscalização Financeira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Joaquim Francisco Neto e Silva, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.144/2021, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.251/2021, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Joaquim Francisco Neto e Silva, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.251/2021, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.312/2021, da Comissão de Cultura. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.264/2021, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Reynaldo Passanezi Filho, diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.801/2021, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.802/2021, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.804/2021, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.807/2021, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Reynaldo Passanezi Filho, diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.780/2021, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Cel. PM Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.781/2021, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.875/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Cel. PM Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.856/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Cel. PM Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.849/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Cel. PM Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.853/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Cel. PM Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.854/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Cel. PM Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.859/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Cel. PM Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.948/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Cel. PM Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.985/2021, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Cel. PM Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.996/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Cel. PM Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.997/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Cel. PM Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.998/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Cel. PM Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.999/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.043/2021

Dispõe sobre a política estadual do hidrogênio verde.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – A política estadual do hidrogênio verde obedecerá ao disposto nesta lei.

Art. 2º – São objetivos da política estadual do hidrogênio verde:

I – aumentar a participação do hidrogênio verde na matriz energética do Estado;

II – estimular o uso do hidrogênio verde em suas diversas aplicações e, em especial, como fonte energética e produção de fertilizantes agrícolas;

III – contribuir para a diminuição da emissão de gases de efeito estufa e por conseguinte para o enfrentamento das mudanças climáticas;

IV – estimular, apoiar e fomentar a cadeia produtiva do hidrogênio verde no Estado de Minas Gerais;

V – estabelecer regras, instrumentos administrativos e incentivos que auxiliem o desenvolvimento a cadeia produtiva do hidrogênio verde;

VI – incrementar, em bases econômicas, sociais e ambientais, a participação dos usos de hidrogênio verde na matriz energética;

VII – promover incentivos, fiscalização e apoio à cadeia produtiva do hidrogênio verde no Estado;

VIII – proporcionar a sinergia entre as fontes de geração de energias renováveis;

IX – estimular o desenvolvimento tecnológico voltado à produção e aplicação de hidrogênio verde, orientado para o uso racional e a proteção dos recursos naturais;

X – atrair investimentos em infraestrutura para a produção, distribuição e comercialização do hidrogênio verde;

XI – estimular o desenvolvimento e a capacitação de setores produtivos, comerciais e de serviços relativos a sistemas de energia a base de hidrogênio.

§ 1º – Para os efeitos desta lei, entende-se por hidrogênio verde o hidrogênio obtido a partir de fontes renováveis, em um processo no qual não haja a emissão de carbono.

§ 2º – Para os efeitos desta lei, entende-se por cadeia produtiva do hidrogênio verde empreendimentos e arranjos produtivos ligados entre si e que façam parte de setores da economia que prestam serviços e utilizam, produzem, geram, industrializam, distribuem, transportam ou comercializam hidrogênio verde e produtos derivados do seu uso.

Art. 3º – Para a consecução dos objetivos de que trata esta lei, o poder público promoverá, entre outras, as seguintes ações:

I – realização de estudos e estabelecimento de metas, normas, programas, planos e procedimentos que visem ao aumento da participação da energia de hidrogênio na matriz energética do Estado;

II – estabelecimento de instrumentos fiscais e creditícios que incentivem a produção e a aquisição de equipamentos e materiais empregados em sistemas de produção e aplicação de hidrogênio;

III – realização de convênios com instituições públicas e privadas e financiar pesquisas e projetos que visem:

a) ao desenvolvimento tecnológico e à redução de custos de sistemas de energia a base de hidrogênio verde;

b) à capacitação de recursos humanos para a elaboração, a instalação e a manutenção de projetos de sistemas de energia a base de hidrogênio verde.

IV – incentivar ao uso de hidrogênio verde no transporte público e na agricultura;

V – destinação de recursos financeiros na legislação orçamentária para o custeio de atividades, programas e projetos voltados para os objetivos desta política.

Art. 4º – Os participantes da cadeia produtiva de hidrogênio verde e de cadeias produtivas a ela integradas terão responsabilidade compartilhada e solidária pela gestão ambiental, nos termos da Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009.

Art. 5º – As atividades de produção, processamento, armazenamento, transporte e de geração de energia elétrica a partir do hidrogênio verde serão submetidas a licenciamento ambiental, segundo o seu potencial poluidor, nos termos da legislação federal e estadual aplicável e de acordo com o que estiver previsto em regulamento.

Art. 6º – As operações de produção, processamento, armazenamento e transporte de hidrogênio verde serão submetidas às normas de segurança contra incêndios previstas na legislação federal e estadual.

Art. 7º – Os empreendimentos e arranjos produtivos que se enquadrarem na política estabelecida por esta lei, inclusive das modalidades de consórcio, condomínio, cooperativa e parceria público-privada poderão ser, na forma do regulamento, considerados Empresa de Base Tecnológica – EBT –, nos termos da Lei nº 17.348, de 17 de janeiro de 2008.

Parágrafo único – São aplicáveis, entre outros, os instrumentos de estímulo à inovação nas empresas, de que trata a Lei Federal nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, observados os preceitos das Lei Complementares Federais nº 101, de 4 de maio de 2000, e 160, de 7 de agosto de 2017.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de agosto de 2021.

Gil Pereira, presidente da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos (PSD).

Justificação: A tecnologia do Hidrogênio Verde tem despertado interesse em muitos lugares do mundo, insinuando-se como alvo desejado do desenvolvimento do setor de energia elétrica, em especial como fonte alternativa de energia limpa e renovável.

O interesse pelo uso de energias renováveis tem apresentado forte crescimento globalmente. Isso é motivado pelo aumento do temor quanto aos efeitos do aquecimento global provocado pela emissão de gases de efeito estufa sobre o meio ambiente, sobre as atividades econômicas e sobre o bem-estar das pessoas. Em boa medida, o uso de combustíveis fósseis para a geração de energia elétrica para utilização no setor de transporte contribui para essa situação e o câmbio dessas fontes de geração de energia para fontes menos poluentes é uma das principais formas de resposta ao problema.

A matriz energética de diversos países tem procurado afastamento da dependência do petróleo e de outros combustíveis fósseis, mediante a adoção de pesquisa e desenvolvimento de alternativas que vêm oferecendo eficiência crescente em decorrência da evolução tecnológica, tais como as fontes de geração de energia elétrica nas modalidades solar-fotovoltaica e eólica. Além disso, para enfrentar o impacto associado à matriz de transportes, é possível a opção de eletrificação da frota. Tanto é assim que vários países estão fixando data para abolir carros movidos a derivados de petróleo.

Com o avanço tecnológico dos últimos anos, novas fontes alternativas de geração de energia elétrica surgem no mundo. É o caso da utilização de hidrogênio, como combustível para uma diversidade de formas de energia. Um elemento químico considerado o mais simples entre todos, sendo o mais leve (de baixa densidade), que economicamente foi muito aplicado no passado como gás de balões e dirigíveis.

Sendo um dos gases que compõem a atmosfera, ele costuma ser produzido industrialmente a partir de combustíveis fósseis, como gás natural, petróleo ou carvão. Esse processo costuma ser aplicado, no âmbito da indústria química, na produção de fertilizantes, como amônia e ureia, e também utilizado como agente de dessulfuração em refinarias de petróleo, e usado em dutos de metanol e gasolina.

A Agência Internacional de Energia (AIE) afirmou que o uso do “Hidrogênio Verde” ajudaria a se economizar cerca de 830 milhões de toneladas anuais de CO₂, que seriam originados a partir da produção desse gás tendo como fonte combustíveis fósseis.

No Brasil, e especificamente em Minas Gerais pelo seu potencial em energias renováveis, o uso do hidrogênio pode ser útil, ainda que não diretamente na geração de energia, mas na indústria siderúrgica, para redução do minério de ferro, ou em outras indústrias que tenham interesse em desenvolver economia circular com balanço negativo de carbono, como na indústria do etanol. Nela, há usinas que produzem energia elétrica por cogeração na queima do bagaço de cana-de-açúcar, energia elétrica essa que pode ser usada na produção de “hidrogênio verde”. Essa substância, por sua conta, pode ser combinada com o gás carbônico oriundo do

processo de fermentação do etanol, possibilitando a produção de ureia, utilizada como fertilizante de alto valor agregado, até mesmo retornando ao canavial nessa função.

Destaca-se que a produção de fertilizantes no Brasil é insuficiente as suas necessidades, e se baseia no processamento do gás natural, composto fóssil rico em hidrogênio e carbono. Quando se retira hidrogênio do gás natural para se produzir fertilizantes nitrogenados (amônia e ureia), produz-se grande quantidade de gás carbônico, que é lançado ao meio ambiente. Nesse contexto, uma vez que o gás natural seja substituído pela água como insumo, o resultado seria uma relevante redução de emissões de carbono, o que é ambientalmente desejável.

Há, dessa forma, potencial de aplicação do “hidrogênio verde” no Brasil para a produção de fertilizantes à base de amônia, com importantes impactos potenciais sobre a redução das emissões.

Para que a incorporação da energia do “hidrogênio verde” seja plenamente sustentável, a energia deve ser gerada a partir de fontes limpas, como a eólica, solar e hidrelétrica, todas em grande produção em Minas Gerais ou em potencial de desenvolvimento. Logo, o chamado “hidrogênio verde”, que é produzido com zero emissão de gás carbônico (CO₂), surge como elemento fundamental para impulsionar a mudança da matriz de produção dos fertilizantes agrícolas nitrogenados, que geram grandes impactos benéficos para a produção agrícola, além de envolver um setor econômico da maior relevância para a economia brasileira.

Diante do exposto e do grande potencial para atração de investimentos, geração de empregos e renda para o Estado, conto com o apoio dos nobres colegas para aprovação desta importante proposta para o nosso Estado.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Meio Ambiente, de Minas e Energia e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.095/2021

Torna obrigatória a discriminação de todos os encargos, tributos e juros cobrados nos contratos de empréstimo de qualquer natureza celebrados com aposentados e pensionistas no âmbito do Estado e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Os contratos de empréstimos, de qualquer natureza, celebrados entre instituições financeiras e aposentados e pensionistas, no âmbito do Estado, em observância aos princípios da transparência e da publicidade, deverão mencionar expressamente todos os encargos, tributos, juros cobrados, multas e custo efetivo.

Parágrafo único – É vedada a utilização de expressões no texto do contrato que façam menção a gratuidade de crédito, inexistência de juros ou publicidade enganosa.

Art. 2º – O dever de transparência das cláusulas contratuais, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, além de garantir o acesso à informação, tem como finalidade evitar o superendividamento da população mineira.

Art. 3º – Em caso de empréstimo contratado por telefone ou pela internet, é permitido que o contratante desista do empréstimo em até sete dias depois da assinatura do contrato, sem justificativa, nos termos da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de setembro de 2021.

Bruno Engler (PRTB)

Justificação: O presente projeto de lei prevê mais transparência nos contratos de empréstimo, de forma que as informações constantes no texto do contrato tenham mais clareza quanto aos riscos, taxas de juros, encargos, custo efetivo da operação e multas em caso de atraso no pagamento. É sabido que parte significativa da população enfrenta dificuldades financeiras, o que muitas vezes é agravado pela alta inadimplência. Assim, inúmeras pessoas não têm condições de pagar os débitos sem comprometer a sua subsistência, o que qualifica o chamado superendividamento.

Além do foco na educação financeira, a proposta busca fortalecer as relações de consumo com vistas a equilibrar as negociações contratuais relacionadas a empréstimos de qualquer natureza. Para tanto, os estados podem legislar sobre direito do consumidor, justamente porque se trata de matéria concorrente (art. 24, VIII, CR/1988).

Assim, para assegurar maior transparência e garantir efetiva publicidade nos contratos de empréstimo de qualquer natureza, além de criar condições para equilibrar as negociações contratuais perante as instituições financeiras, conto com o apoio dos pares para a aprovação desta lei.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Sargento Rodrigues. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.756/2021, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.100/2021

Declara de utilidade pública o Rotary Club de Arcos, com sede no Município de Arcos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Rotary Club de Arcos, com sede no Município de Arcos.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente (PSDB).

Justificação: O Rotary Club de Arcos, com sede na Avenida Marginal I, nº 445, Bairro Distrito Industrial II, no Município de Arcos, inscrito no CNPJ sob o nº 20.918.918/0001-21 é uma organização sem fins lucrativos em pleno e regular funcionamento desde 1968.

O Rotary Club de Arcos se trata de uma organização sem fins lucrativos, que desenvolve projetos sociais em Arcos e nas comunidades locais.

Projetos realizados nos últimos anos pelo Rotary club de Arcos:

- Equipamento para o Bloco Cirúrgico da Santa Casa de Arcos;
- UTI-móvel para FUMUSA;
- Dia com os idosos Pousada dos Berto;
- EPI para Hospital São José;
- Kit Higiene Sociedade são Vicente de Paulo;
- Eletrocardiógrafo para o Hospital São José;
- Equipamentos para o Ambulatório e Equipamentos de informática para Pousada dos Berto;
- Oficina reabilitação;
- Testes de Covid para o Asilo Pousada dos Berto;
- Plantio de árvores em áreas de nascentes;

- Cercamento de área de nascente e construção de barraginhas, terraço em nível na região de Arcos;
- Campanha de Revitalização do Rio São Francisco;
- Doação de 600 kg de leite em pó, parceria EMBARÉ, para comunidade de Arcos.
- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.102/2021

Declara de utilidade pública o Centro de Convivência Sabedoria Viva José Maria Correa Nascimento, com sede no Município de Ipaba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Centro de Convivência Sabedoria Viva José Maria Correa Nascimento, com sede no Município de Ipaba.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de setembro de 2021.

Celinho Sintrocel (PCdoB)

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 9.172/2021, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre eventuais problemas técnicos no barramento ou na Usina Hidrelétrica de Nova Ponte, desde sua inauguração, que tenham imposto a necessidade de redução do nível do reservatório do lago. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.173/2021, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre quais as medidas tomadas para a preservação do nível da represa de Nova Ponte e qual é a entidade responsável pela determinação da vazão praticada pela empresa nessa usina hidrelétrica. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.176/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para verificar junto à Arsae a viabilidade de redução do valor da tarifa de esgoto para todo o Vale do Jequitinhonha, considerando-se que grande parte de sua população é carente de recursos. (– À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 9.177/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça do Ministério Público de Minas Gerais e à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações, consubstanciadas no Estudo de Impacto Ambiental e no Relatório de Impacto Ambiental – EIA/Rima –, atualizados, do empreendimento Bloco 8, e adendo técnico, a serem enviadas com a maior brevidade possível. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.178/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – e ao Ministério Público Federal – MPF – pedido de providências para que o direito à consulta prévia, livre, informada, conduzida pelos destinatários da Convenção 169 da OIT, com autonomia e a participação

do Estado e de agentes privados, com boa fé e respeito à metodologia e tempo das comunidades afetadas, seja realizado após o período de pandemia e presencialmente, e para que sejam considerados os impactos socioambientais apresentados pelo empreendimento Bloco 8.

Nº 9.179/2021, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que seja incluída, nos termos de concessão das novas rodovias, a possibilidade de liberação de pedágio para motocicletas, como já é realizado em outros Estados da federação. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 9.181/2021, do deputado Delegado Heli Grilo, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para a recuperação do acostamento dos 32 km da MGC 154, entre os Municípios de Ituiutaba e Capinópolis, e para a construção de acostamento nos 19 km dessa rodovia entre os Municípios de Capinópolis e Cachoeira Dourada. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 9.182/2021, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC –, à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, à Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação e às bancadas mineiras na Câmara dos Deputados e no Senado Federal pedido de providências para a implantação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia na região intermediária de Ipatinga, para atender diretamente a população dos Vales do Rio Doce e do Rio Mucuri. (– À Comissão de Educação.)

Nº 9.183/2021, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à Viação Sandra, em Conselheiro Lafaiete, pedido de providências para que seja restabelecido o transporte de passageiros no trecho entre Aiuruoca e Belo Horizonte, passando pelas cidades de Baependi, Caxambu e Cruzília, com a oferta regular de ônibus para atendimento aos usuários nesses municípios, considerando-se que é esse o único meio de transporte público para deslocamento dos usuários de suas cidades para a capital e vice-versa. (– À Comissão de Transporte.)

REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 1.099/2021, do deputado Arnaldo Silva, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.956/2018, de sua autoria.

Oradores Inscritos

O deputado Carlos Pimenta – Boa tarde, meu caro amigo presidente desta sessão, deputado Antonio Carlos Arantes; boa tarde, nobres colegas. Parabéns pelo seu aniversário, deputado Charles Santos.

Bom, presidente, eu tinha me inscrito para falar hoje e gostaria de tocar em um assunto, presidente, que está trazendo grande transtorno e grande sofrimento à região do Norte de Minas. Eu gostaria de falar sobre a seca. Todo mundo sabe que todos os anos os municípios norte-mineiros e também os municípios da área do Jequitinhonha e da área do Mucuri passam pelos transtornos que esta seca nos causa. Eu falava ontem dos rios que estão secos, dos córregos que estão secos. As nossas barragens estão em níveis críticos, e são pequenas barragens para o abastecimento humano e animal.

O número de animais, de bovinos aqui da região diminui a cada dia, porque as pessoas são obrigadas a vender, e vender até barato, os bezerros, a sacrificar matrizes, a diminuir o número de animais nos campos por falta de pasto. Não há pasto. Está tudo seco. Você olha e vê que os pastos da região estão todos marrons. Não há água para dar aos animais. Então essa seca tem trazido transtornos muito grandes. Há poucos dias nós tivemos a triste notícia de que o governo federal, através do Exército, não mais irá participar do programa de distribuição de água via caminhões-pipas. Muitos municípios estão sendo abastecidos por caminhões-pipas. O Exército

Brasileiro, através da Defesa Civil nacional, participa desse programa já há muito tempo, e a partir desse ano, na pior seca que nós estamos passando, ele anuncia que não vai mais participar desse programa de distribuição de água. Em boa hora e a tempo, o governo do Estado, através do Cel. Osvaldo, que é o responsável pela Defesa Civil estadual, sensibilizado e conhecedor que é das nossas dificuldades, por determinação do governador Romeu Zema, assumiu essa função de distribuição via caminhões-pipas para levar água aos municípios mais distantes, aos povoados mais distantes e matar a sede da nossa população. Então eu queria nesse momento congratular-me com o governador Romeu Zema, que sabe muito bem o que nós estamos passando, está sensível a essas questões e, através da Defesa Civil, está aí distribuindo cestas básicas, está aí agora distribuindo água via caminhões-pipas.

Mesmo com esse esforço muito grande do nosso governo, é importante que ele implemente uma ação mais consistente, uma ação mais eficaz, porque essa seca que nós estamos vivendo é diferente de todas as outras. Nós estamos vivendo num período de baixa umidade do ar. A nossa região aqui está vivendo um clima de deserto. Às 2 ou 3 horas da tarde a umidade do ar aqui no Norte de Minas cai para um nível de apenas 20%. É nível de deserto. Os rios estão secando. Eu falava ontem do crime que se comete ao jogar a água fora: milhões de metros cúbicos da Barragem Caatinga. E hoje eu tomei conhecimento de que o Incra está agindo dessa forma, primeiro porque se ela encher novamente, corre risco de se romper. O Incra, já há muitos anos, detém essa informação e até então não tinha feito nada pela recuperação da Barragem Caatinga, que é tão importante na região de Bocaiuva e do PA Betinho, que é um projeto de assentamento. Tudo isso mostra a calamidade por que nós estamos passando, Antonio Carlos. E essa seca não chegou só aqui, ela não está restrita apenas ao Norte de Minas. Essa seca agora atinge outros municípios.

Eu acabo de receber aqui uma solicitação de apoio do prefeito de Santana do Riacho, o companheiro Fernando, que decretou há 15 dias o estado de calamidade pública desse município em razão da seca. Santana do Riacho é uma das regiões mais bem servidas por água, porque tem a Serra do Cipó, os rios e tal, mas a zona rural está seca igual ao Norte de Minas. O prefeito Fernando declarou estado de calamidade pública em razão da falta de água em comunidades do Município de Santana do Riacho. Ele cita especificamente a Comunidade de Varginha, a Comunidade de Mangabeiras e o famoso Distrito de Lapinha da Serra, que recebe centenas de turistas todo final de semana e está passando por grandes dificuldades.

Então, com isso, eu quero dizer o seguinte: nós estamos aqui de joelhos, rezando, primeiro a Deus, para que Deus tenha compaixão do Norte de Minas, compaixão de Santana do Riacho e possa mandar as chuvas mais cedo. Mas nós não podemos também deixar tudo nas mãos de Deus; nós temos que fazer a nossa parte. E o governador Zema... Eu tenho confiança no governador Zema. Eu confio, Sr. Governador Zema, na sua sensibilidade, eu confio nas ações que estão sendo tomadas pela Defesa Civil, eu confio que o senhor haverá de mudar o curso dessa história que nós estamos vivendo. Nós não queremos ficar só dependendo dos caminhões-pipa todos os anos. Nós temos aqui um grande potencial. Nós temos as barragens que precisam ser feitas, assim como a Barragem de Jequitaí, governador, que é tão importante – e o senhor sabe disso. É importante que o governo entre nesse processo. Se não tiver o recurso suficiente, porque é uma obra também federal que tem a função de estabelecer vazão para as águas do São Francisco, que o senhor procure o governo federal. Além disso, o senhor, que tem um nome de respeito, um nome forte; o senhor, que não tem tomado nenhuma atitude dramática contra o governo federal, porque é um homem ponderado, um homem sensato – e isso é muito importante –, nos ajude a concluir essa obra fundamental, que é a Barragem de Jequitaí, que vai trazer água para a região toda, que vai regularizar as águas do São Francisco, que vai ter um projeto de irrigação a montante da barragem, ou seja, depois da Barragem de Jequitaí, levando a irrigação a mais de 30 mil famílias por gravidade, sem utilizar de energia elétrica, que está tão cara.

Então, nós confiamos no senhor; eu confio no senhor. Tenho certeza de que a Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene – Amams –, através do prefeito Nilsinho, já fez essa solicitação para que o senhor nos apresente um programa, pelo menos mínimo, para tirarmos essa dependência que nós estamos dos caminhões-pipa. Além disso, que possamos concluir as nossas grandes barragens, as nossas pequenas barragens e trazer um pouco de alento, um pouco de socorro à população norte-mineira. Essa é a primeira parte do meu pronunciamento.

Na segunda parte do pronunciamento, presidente, eu quero congratular-me – dentre tantas obras que o prefeito Humberto Souto está fazendo em Montes Claros, de uma maneira tranquila, muito consciente, com recursos próprios do município, de forma honesta, de forma respeitosa e de forma eficaz – hoje com o prefeito Humberto Souto pelos números alcançados pelo município sob a direção da nossa secretária Dulce Pimenta, essa mulher competente, guerreira e de fibra, que alcançou níveis importantes no combate à Covid. Hoje praticamente os nossos leitos hospitalares de Covid estão em ocupações mínimas; os nossos CTIs estão em ocupações mínimas. São quase 300 mil montes-clarenses vacinados com a primeira dose; são mais de 120 mil montes-clarenses vacinados com a segunda dose. Isso, para nós, é importante porque estamos tendo resultados. Resultados, não é? Presidente, parece que está tendo um problema com a minha imagem? (– Pausa.) Bom, então, são números expressivos graças ao comprometimento da secretária Dulce, graças à determinação do nosso prefeito Humberto Souto e graças ao envolvimento de muitas pessoas para que Montes Claros possa ser talvez um dos primeiros municípios a sair dessa terrível pandemia, que já dura quase dois anos.

Então, parabéns ao Humberto Souto pela sua competência e pelo seu comprometimento com a nossa cidade, com os nossos montes-clarenses, com os nossos irmãos. Parabéns, Humberto, pelo trabalho maravilhoso que o senhor faz na zona rural e na cidade da nossa querida Montes Claros, com obras de infraestrutura, com obras de educação, com obras de saúde, de apoio ao produtor rural e de apoio ao homem do campo! Graças a Deus, hoje eu moro na cidade de Montes Claros, tão bem administrada pelo nosso prefeito.

Então eram esses dois pontos, presidente, que eu queria abordar aqui, hoje: o combate à seca, o socorro ao Norte de Minas. E reconhecer o esforço desse grande administrador, um dos melhores e mais competentes administradores do nosso país, que entrega uma Montes Claros diferente. E certamente nós vamos ficar livres desse coronavírus, da Covid, que tantos de nós levou, tantos de nós morreram. E isso é muito importante para todos nós.

Muito obrigado, presidente; muito obrigado a todos os senhores.

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – Muito obrigado, deputado Carlos Pimenta. Obrigado e parabéns por trazer temas tão importantes a esta Casa. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Charles Santos.

O deputado Charles Santos – Sr. Presidente, deputado Jean Freire, muito obrigado. Cumprimento as deputadas e os deputados e também cumprimento aqui todos os servidores da Casa. E boa tarde a você, que nos assiste pela TV assembleia e pelas mídias desta Casa.

Sr. Presidente, hoje eu quero fazer uso da tribuna primeiro para registrar uma importante medida que foi sancionada nessa sexta-feira, dia 3/9/2021: a Lei nº 23.901, de nossa autoria, fruto do Projeto de Lei nº 232/2019. Na ocasião, esse projeto nasceu, Sr. Presidente e nobres colegas, de denúncias de que nós tomamos conhecimento, relacionadas a alguns abusos praticados em relação ao fornecimento de material escolar por parte dos pais às escolas. Daí nós protocolamos aqui, na Casa. O projeto tramitou, passou pela CCJ; passou também pela Comissão de Educação desta Casa, e teve ali, como relator, o nobre deputado Professor Cleiton. Aliás, quero fazer um agradecimento aqui a ele e aos demais membros da Comissão de Educação por terem analisado esse projeto com muita atenção, com muito carinho. E após passar aqui pelo Plenário, em 1º e em 2º turnos, seguiu para a sanção do governador. E, como prova de bom senso, e por ser um projeto inteligente, que se preocupa com as pessoas, com a população, o projeto foi sancionado sem nenhum veto – sem nenhum veto.

Eu gostaria de registrar aqui pelo menos dois objetivos da lei, até porque ninguém consegue cobrar aquilo de que não tem conhecimento. É importante tomar conhecimento, é importante saber quais são os seus direitos, você, cidadão, pai, responsável e aluno. É importante você tomar conhecimento dos seus direitos. Eu gostaria de citar aqui, Sr. Presidente Jean Freire, um dos artigos da Lei nº 23.901, que determina que as escolas devolvam aos pais e responsáveis todo o material excedente fornecido durante aquele ano letivo. Então, a partir de agora, os pais e responsáveis têm direito à devolução do material excedente, até porque vivemos um momento difícil na economia das famílias. E esse material excedente pode ser inclusive reaproveitado para o ano subsequente. Então,

a partir deste momento, as escolas daqui em Minas têm por obrigação devolver o material excedente aos pais e responsáveis, aquele material que foi solicitado na lista escolar.

Outro ponto importante, caros colegas, dessa lei – e eu friso aqui, Lei nº 23.901/2021, de nossa autoria – é que ela também faculta, concede aos pais e responsáveis a possibilidade de entrega do material solicitado pela instituição de ensino de forma paulatina, de forma gradual.

Não há a obrigação da entrega do material da lista por inteiro. Lembramos que é importante atender, fornecer o material necessário para aquele período, para aquele trimestre ou para aquele semestre, para que o aluno possa desenvolver bem a sua atividade, mas não há mais a obrigação da entrega na íntegra desse material solicitado pela escola. Então, você que nos acompanha, tome conhecimento disso, porque é uma prova de que esta Assembleia, de que esta Casa, no conjunto dos seus deputados e deputadas, trabalha no sentido de oferecer o melhor à população. Esse é o registro que eu quero fazer, Sr. Presidente, reforçando aqui o agradecimento a todas as deputadas, a todos os deputados que votaram “sim” no dia em que o PL nº 232 passou aqui neste Plenário.

Segundo tema que eu gostaria de trazer, e com certeza o nosso presidente, deputado Jean Freire, é grande conhecedor também disso que eu vou falar, com certeza muito mais que eu. Nós estamos vivendo o Setembro Amarelo neste momento em que as instituições, as organizações, as associações, as religiões e o Parlamento mineiro, todos estão se debruçando sobre o tema do suicídio. É um tema delicado sobre o qual V. Exa., com certeza, deve ter muitas experiências durante os seus anos de atendimento. É um tema sensível, mas nós precisamos ter a coragem de falar sobre ele. Nós não podemos fechar os olhos, como se diz no popular, fazer vistas grossas, porque há um número crescente de pessoas que estão tirando suas vidas e outras tantas tentando fazê-lo. Nós, enquanto pessoas públicas, enquanto pessoas de bem, precisamos fazer alguma coisa.

Eu tenho pensado bastante, deputado Bartô. A gente chega à conclusão de que há um paradoxo, porque enquanto há pessoas lutando pela vida, por exemplo, quando nós temos a oportunidade de visitar determinados hospitais... Eu estive recentemente no Instituto Mário Penna. Ali a gente observa no olhar das pessoas, das pessoas que estão em tratamento, o desejo de viver, o desejo de superar aquela enfermidade, aquela doença. Muitas pessoas estão ali lutando bravamente, corajosamente, com todos os seus problemas, com todas as suas dificuldades. Nós vemos as UTIs com muitas pessoas ainda intubadas, pessoas lutando pela vida.

Por que eu digo isso? Para que você, que está me assistindo agora ou que está me ouvindo ou que vai ouvir posteriormente este meu discurso, reflita, porque, enquanto há quem queira viver, há quem esteja pensando em tirar a vida por causa das lutas, por causa dos problemas, por causa das dificuldades que está enfrentando.

Eu quero dizer que viver é a melhor opção. E vou repetir para que fique bem registrado, bem gravado: viver é a melhor opção. Esta Casa, com o apoio do seu presidente, deputado Agostinho Patrus, com o apoio das deputadas e dos deputados... Tenho certeza de que todos aqui têm a mesma linha de pensamento e de raciocínio. Nós estamos nos colocando à disposição para ajudar como possível for. Como coordenador da Frente Parlamentar de Enfrentamento à Automutilação, à Depressão e ao Suicídio, eu quero aqui, nesta tribuna, fazer um convite a todos que nos assistem agora e que nos ouvem. No dia 23 de setembro, às 10 horas da manhã, nesta Casa, nós vamos promover um encontro com lideranças, com pessoas que atuam nesta área da saúde mental, da psicologia, da psiquiatria. Vamos abrir as portas para oferecer orientação, auxílio. Nós estamos convidando, Sr. Presidente, inclusive algumas pessoas que possam falar pelo segmento da segurança pública. Eu tenho conversado com servidores do Corpo de Bombeiros e a gente percebe neles também esse engajamento constante. São várias ações no sentido de socorrer as pessoas, quando eles recebem um chamado, e há prontidão em atender. E também membros da Polícia Militar, da Polícia Civil. Enfim, nós percebemos, nesses segmentos e em outros segmentos, um grande desejo de ajudar as pessoas. Como eu já disse aqui uma outra vez, infelizmente nós enfrentamos um inimigo que é invisível, que é invisível, mas que deixa sinais, que deixa rastros, que deixa rachaduras. Por isso que eu quero pedir a você que converse com a sua família, converse com seus filhos, converse com seus familiares. Com certeza, alguém que

tem a ideiação para cometer um ato contra sua própria vida está dando sinais, mas infelizmente a tecnologia tem atrapalhado, a falta de diálogo, a falta de tempo, muito trabalho.

Não permita que isso aconteça na sua casa. Vamos nos unir, vamos nos esforçar, porque, repito, viver é a melhor opção. Estamos nos engajando para que neste dia 23 de setembro, através desta audiência pública promovida pela Frente Parlamentar de Enfrentamento à Automutilação, à Depressão e ao Suicídio, consigamos falar com a sociedade, consigamos dar um brado. Quantas pessoas nós pudermos ajudar nós ajudaremos. Fica aqui este recado e o agradecimento a você que está nos acompanhando. Sr. Presidente, por ora, são essas as minhas palavras. Muito obrigado.

O deputado Bartô – Boa tarde, presidente. Boa tarde a todos que nos ouvem. Boa tarde àqueles que estão na TV Assembleia. Quero falar que é muito bom ter pessoas assistindo à gente diariamente, vendo as nossas discussões, vendo quais deputados se posicionam aqui a favor de alguma coisa ou contra outra. Vou falar agora sobre a questão do Setembro Amarelo, apenas uma palavra simples para poder reforçar a palavra do meu colega que me antecedeu, deputado Charles Santos, que deixou bem claro que sempre é melhor viver. Acho que cada um tem seus demônios internos, tem muitas questões que, às vezes, complicam um pouco mais, apertam um pouco mais a gente, mas, de fato, sempre a melhor opção é viver.

A gente vê números que demonstram que aqueles que tentam suicídio e que não chegam, que não conseguem um resultado final, a grande maioria deles se arrepende drasticamente de ter tentado. Então, aqui, é só mais uma palavra mesmo de solidariedades para que as pessoas que se encontram em dificuldades entendam que sempre há um dia após o outro. Meu pai sempre me falou isto: “Todo dia o sol nasce e todo dia o sol se põe”. Então, é só aguardar que mais um dia difícil, às vezes, passa e vem uma coisa boa.

Dentro disso também, hoje a minha fala é mais pró-forma para poder realmente ajudar esta causa. Então, vou estar tratando apenas disso. Há um estudo de Harvard muito interessante falando como que o nosso corpo, o nosso cérebro, é fácil de ser enganado. Então, se, por acaso, você está numa situação aí de angústia, um pouco mais ansioso, numa situação mais difícil, sem motivo para poder manter a força do dia a dia, existem três questõezinhas que são muito fáceis, três atos que você deve fazer e que são muito fáceis para poder contornar e jogar o seu astral para o alto. O primeiro ato é: tome uma decisão; pode ser a decisão mais simples, por exemplo, ir à padaria, comprar pão, mas tome a decisão, faça alguma coisa. O segundo ato é: toque em alguma pessoa, dê um abraço, um aperto de mão; procure aquela pessoa que você tem mais afinidade, não fale nada, só peça um abraço, só para você sentir mesmo a presença de outra pessoa realmente em sua vida. A terceira questão é lembrar-se do que você é grato; questione-se: você é grato a quê? Isso faz parte de uma pesquisa feita pela universidade de Harvard, que demonstra o quanto isso joga uma corrente de hormônios que melhora o seu bem-estar e que faz você focar em outras situações e tirar aquela ansiedade, aquela angústia e aquele sentimento ruim logo no início.

Também tenho a minha própria fórmula. Acho que sempre que estou um pouco mais abatido, um pouco mais para baixo, gosto muito de entrar em contato com aquelas pessoas com as quais me sinto muito à vontade e que gosto muito de ouvir, apenas para dar um “oi” e para ligar para saber como vão as coisas – e por aí vai. Quando a situação está realmente muito complicada e muito difícil, recomendo fortemente que vá ajudar alguém, que procure alguma instituição de caridade, alguma instituição que teve problema com enchentes no começo do ano, porque isso sempre ocorre: sempre há pessoas que perdem casas e que precisam de alguém para ajudá-las de certa forma. Procure ajudar também pessoas em situação de vulnerabilidade, que estão morando nas ruas. Aliás, sempre há esse pessoal que distribui quentinhas e cobertores. Então procure uma entidade e ajude. Sempre falo muito isso, porque é tão gratificante voltar dessas ações que a gente faz. Você volta para a casa preenchido, sabendo que você fez o bem ao próximo, e isso realmente enriquece muito as pessoas. Mas o principal é você ver que os seus problemas são pequenos. Você vê que há tantos problemas e outras pessoas numa situação tão mais complicada que você começa a se sentir mal por se sentir mal com os seus problemas.

Então, essa é só mais uma palavra para que aquele que realmente está aí em angústia possa firmar o corpo e, como dizem: “Força na peruca!”. É um dia após o outro. Com certeza, dias melhores virão trazendo mais calma e mais tranquilidade. Muita ação de sua parte; decisões são necessárias. Ajude uma pessoa que você chegará lá. Obrigado, presidente.

O deputado Coronel Henrique – Presidente, deputadas, deputados, povo de Minas Gerais que nos assiste pelas redes sociais. O motivo que me traz a esta tribuna na tarde de hoje, presidente, é um motivo muito especial. Hoje, dia 9 de setembro, é o Dia do Médico Veterinário. V. Exa., como médico, como médico de humanos, conhece muito bem a importância do trabalho interdisciplinar entre as profissões de saúde. A medicina veterinária, nesta data historicamente registrada no dia 9/9/1933, sob a presidência do então presidente Getúlio Vargas, através do Decreto nº 23.133, teve regulamentada a profissão no Brasil. E essa profissão, prezado deputado Charles Santos, que aqui acompanha presencialmente esta reunião, tem uma história muito antiga no nosso país.

A profissão medicina veterinária aparece pela primeira vez na nossa organização de documentos quando a família real portuguesa vem para o Brasil, em 1808. Naquele momento, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, surge, então, pela primeira vez, nos regimentos de cavalaria imperial, o cargo de veterinário, que era aquele profissional responsável por cuidar da saúde dos animais. E assim continuou por todo o Séc. XIX. Não tínhamos escola de medicina veterinária no Brasil, não tínhamos a formação do profissional no Brasil, que já era uma realidade na Europa. E qual não foi a nossa surpresa: mais uma vez a história nos mostra o aprendizado pela dor.

No início do Séc. XX, na capital da República, então a cidade do Rio de Janeiro, começou uma grave manifestação de doenças desconhecidas, que eram comuns aos homens e aos animais. Aquelas doenças tratadas em surtos epidêmicos estavam descontroladas. E tínhamos, naquela ocasião, diversos médicos de renome – podemos citar, por exemplo, Oswaldo Cruz – trabalhando para debelar aquelas epidemias que grassavam no Brasil. Naquele momento, um capitão médico do Exército, Cap. João Muniz Barreto de Aragão, baiano, formado lá em Salvador, especialista que era, patologista, começou a identificar doenças que estavam causando pneumonias nos soldados que trabalhavam com os cavalos. E ele, curioso que era, cientista que era, foi buscar informações na necropsia desses animais. E, na necropsia desses animais, ele, sem auxílio de médicos-veterinários, porque não existia a profissão no Brasil, chegou à conclusão de aquilo se tratava do mormo, uma zoonose, uma doença respiratória comum aos animais e ao homem. E ele pediu socorro ao governo federal que enviou um pedido de socorro para a Europa.

O exército francês enviou ao Brasil, numa missão francesa, dois oficiais veterinários do exército francês. Eles constataram o diagnóstico e implantaram um programa de controle do mormo, no qual envolvia o sacrifício de animais doentes. Aquilo gerou um transtorno muito grande na capital da República. E, naquele momento, o governo federal, viu a necessidade de trazer para o Brasil a primeira escola de veterinária. Assim, a primeira escola de veterinária, criada por um decreto de 1910, foi a Escola de Veterinária do Exército, que até 1937, atuou formando médicos veterinários, e funcionou até 1974, quando foi extinta, mas ela marca a entrada, o início, dessa nobre profissão no Brasil, uma profissão jovem, que forma profissionais há pouco mais de 100 anos em solo brasileiro, mas que cresceu junto com o nosso país.

Ser médico-veterinário, senhores, é muito mais do que cuidar de animais. Nós cuidamos da saúde do planeta. A integração entre a saúde humana, a saúde animal e o meio ambiente é uma relação epidemiologicamente indissociável. Entendemos, cada vez mais, que esse profissional de saúde pública precisa ter seu reconhecimento, inclusive com questões salariais e a valorização do profissional no mercado de trabalho.

Este dia 9 de setembro serve para comemorações, mas também para reflexões da sociedade e também dos profissionais que precisam, cada vez mais, estarem aptos a devolver para a sociedade serviços de qualidade. Mas, como representante do povo de Minas Gerais, como o único médico veterinário deputado estadual em Minas Gerais, é minha responsabilidade usar a voz para fazer valer a voz dos colegas médicos veterinários, divulgando para todo o povo de Minas Gerais, divulgando para o poder público a importância

desse profissional, profissional esse, Sr. Presidente, que, desde 1997, teve sua profissão reconhecida pelo Conselho Nacional de Saúde como uma profissão de saúde. Essa regulamentação – e já faz hoje 24 anos – permitiu, por exemplo, que o médico veterinário seja utilizado nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família, tanto no âmbito municipal quanto estadual e federal. Esse profissional, integrado aos demais profissionais de saúde, exerce importante papel nas políticas de vigilância em saúde, nas políticas preventivas e especialmente numa parte muito importante para a nossa sociedade: hoje a pandemia fez com que todos nós acreditássemos nos inimigos invisíveis. Às vezes, a falta de uma vigilância em saúde causa prejuízos incalculáveis, como estamos vivendo no dia de hoje. Os profissionais da medicina veterinária, por atuarem em diferentes ramos do conhecimento, atuam em áreas que certamente a população desconhece.

Vou citar aqui um exemplo concreto deste Parlamento. Eu apresentei um projeto de lei para que médicos veterinários fossem exigidos como responsáveis técnicos em estabelecimentos que comercializam carnes. O deputado Charles Santos deve se lembrar bem desse projeto, que esteve lá na CCJ, Sr. Presidente, e foi recusado, foi considerado inconstitucional por uma defesa como se ele atacasse a liberdade econômica, como se não houvesse necessidade de um profissional médico veterinário responsável por inspecionar um produto de origem animal, um produto que é o músculo, que é a carne de animais que será consumida por seres humanos. Essas peças cárneas apresentam algumas vezes lesões que somente o médico veterinário sabe identificá-las, por ser o único profissional que possui no seu currículo acadêmico um estudo das doenças dos animais e da sua anatomia e por ser conhecedor de algumas lesões características numa carcaça animal que não possibilitam que ela seja consumida por seres humanos.

E aí, no questionamento, muitas pessoas citam: “Mas, nos frigoríficos, existe a necessidade de um médico veterinário”. E essa carne que entra inspecionada em um açougue já foi inspecionada anteriormente, mas a legislação federal, Sr. Presidente, é muito clara. A Lei nº 5.517, de 23/10/1968, que regulamenta a profissão de medicina veterinária diz: “Nos estabelecimentos que transformam, manipulam produtos de origem animal, existe a necessidade de um responsável técnico”. E essa inspeção de produtos de origem animal possui um tripé fundamental: a inspeção tem que ser higiênica, a inspeção tem que ser tecnológica e a inspeção tem que ser sanitária.

Com relação à sanidade animal, o único profissional capaz de identificá-la é o médico veterinário. E muitas vezes – e vou me ater novamente a esse exemplo – acompanhei nas redes sociais, quando esse projeto foi recusado lá na CCJ e arquivado, algumas pessoas se manifestarem da seguinte maneira, deputado Charles Santos: “Para que a presença de um médico veterinário em um açougue, se lá só existem animais mortos?”. Está aí o desconhecimento da nossa população, justamente por não entender a dinâmica e a função desse profissional na prevenção das doenças transmitidas dos animais para o homem, quer seja por meio do contato, quer seja por meio do consumo de produtos de origem animal.

Para citar somente algumas doenças, a brucelose, a tuberculose, a leptospirose e diversas outras podem ser causadas pelo consumo de produtos animais não inspecionados. E nós vivenciamos hoje ainda um problema muito grave no nosso país; isso não é privilégio de Minas Gerais. Quando eu vejo aqui o deputado Jean Freire, nosso defensor lá do querido Vale do Jequitinhonha, creio que deve fazer parte do dia a dia de V. Exa. aqueles açougues que, muitas vezes, são o sustento de uma família, mas que não apresentam... Isso ocorre não só no Jequitinhonha, mas no Mucuri, no Sul de Minas, no Triângulo, na capital. É comum vermos açougues sem condições higiênicas para fornecerem para a população um produto tão nobre, como a carne, mas de tamanho risco sanitário para a população. Doutor Jean Freire, quantos casos de epilepsia não são causados por cisticercose, o que, muitas vezes, ocorre pelo consumo de alimentos não inspecionados?

Hoje há dados que às vezes assustam mas precisam ser ditos. O percentual de 40% da carne consumida em Minas Gerais ainda é oriundo de abate clandestino, essa carne é oriunda de animais que não são inspecionados nem ante mortem nem durante o seu abate. Então, a presença desse profissional médico-veterinário, ocupando toda a cadeia da carne e de outros produtos – aí eu incluo o leite, os laticínios –, enfim, eu considero um desconhecimento da população com relação à realidade da nossa profissão.

Antes de encerrar as minhas palavras, Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a minha satisfação de hoje ver diversos profissionais médicos-veterinários envolvidos nas diversas áreas de atuação. Mas quero deixar esta mensagem para o povo de Minas Gerais, quero deixar esta mensagem para o Parlamento mineiro: o profissional médico-veterinário tem, muitas vezes, a sua função desvalorizada, porque as pessoas não conhecem o potencial que esse profissional carrega em anos de estudo em defesa da saúde dos animais, da saúde do homem e da saúde ambiental.

Desejo a todos os profissionais da medicina veterinária vida longa. Viva o 9 de setembro! Viva a medicina veterinária brasileira! Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Coronel Henrique. Parabéns a todos os médicos-veterinários por este dia e parabéns a V. Exa. por trazer um tema tão relevante para a nossa sociedade.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foi aprovado, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, o Requerimento nº 9.178/2021, da Comissão de Meio Ambiente. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 1.099/2021, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.956/2018.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 14, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 14/9/2021.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/8/2021

Às 14h36min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados João Magalhães, Duarte Bechir e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a realidade dos centros de referência em saúde mental de Belo Horizonte – Cersams –, em virtude do pedido de interdição feito pelo Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Damiron de Sousa Oliveira, vereador da Câmara Municipal de Monte Carmelo, encaminhando documentação sobre supostas condutas criminosas e irregulares praticadas pela superintendente regional de ensino desse município e solicitando a apuração dos fatos. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 864/2019 (designado relator: deputado Roberto Andrade)

na forma do vencido em 1º turno e, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.462/2020 (relator: deputado Duarte Bechir) na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, registrando-se o voto contrário da deputada Beatriz Cerqueira neste último. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 5.021/2018, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado Roberto Andrade. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Registra-se a presença da deputada Ione Pinheiro. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.904/2021, do deputado João Magalhães, em que requer seja encaminhado à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG – pedido de providências para viabilização da assistência judiciária à Sra. Mariana Pires Gomes da Silva, residente no Município de Betim, nos termos do Expediente nº 715.3/2021, oriundo da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;

nº 9.924/2021, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações em que se esclareça se os servidores aposentados antes de 2014 também serão contemplados com o recebimento das férias-prêmio convertidas em espécie, especificando se há algum marco temporal para o pagamento ou se todos os servidores que estão com o recebimento atrasado serão contemplados;

nº 9.938/2021, do deputado Raul Belém, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Reitoria da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – pedido de providências para a implantação de câmpus da Uemg na cidade de Araguari;

nº 9.971/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais pedido de informações consolidadas nas notas taquigráficas da audiência pública de conciliação realizada em 17 de agosto de 2021, às 13h30min, nos autos do Processo nº 1.0000.21.146.935-8/000, na 1ª Seção Cível desse tribunal, que foi mediada pela relatora desembargadora Maria das Graças Albergaria Costa.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra e agradece a presença das Sras. Daniela Gomes, integrante do Movimento dos Trabalhadores da Saúde Mental; Catarina Nascimento, terapeuta ocupacional na Rede de Saúde Mental de Recife e integrante da Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial; Macaé Evaristo, vereadora da Câmara Municipal de Belo Horizonte – CMBH; Lourdes Aparecida Machado, presidente do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais – 4ª Região – CRP 04, representando o vice-presidente do Conselho Estadual de Saúde; Marta Elizabete de Souza, psicóloga e militante da luta antimanicomial do Fórum Mineiro de Saúde Mental; integrante da Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial; Júnia Célia de Medeiros, presidente do Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais; Dagmar Fátima de Abreu, integrante do Movimento Renova Galba; Laura Fusaro Camey, vice-presidente da Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais, membro do Fórum Mineiro de Saúde Mental e conselheira municipal de Saúde de Belo Horizonte; Cláudia Navarro Carvalho Duarte Lemos, secretária-geral do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais – CRMMG; Amanda Guias Santos Silva, superintendente de Redes de Atenção à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, representando o secretário; Luciana Chamone, presidente da Comissão de Saúde Mental da OAB-MG; Vera Maria Velloso Prates, médica psiquiatra integrante do Médicas e Médicos pela Democracia; Cibele Alves de Carvalho, presidente do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais; Ana Carolina Amaral de Castro Hadad, gerente da Diretoria Assistencial da Fhemig; Maria do Socorro, vice-presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais, representando o presidente; Maria Laura Oliveira, coordenadora do Movimento Renova Galba e da Comissão Saúde Mental União Mineira de Enfermagem; e dos Srs. Bruno Abreu, secretário-geral da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, representando a presidente; Quirino Cordeiro Junior, secretário Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas do Ministério da Cidadania; Fabrício Ribeiro, conselheiro do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais – 4ª Região; Maurício Santos Leão Resende, psiquiatra da Associação Mineira de Psiquiatria, representando o presidente; Antônio Geraldo da Silva, presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP; e Fernando de

Siqueira Ribeiro, gerente da Rede da Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte. A presidência concede a palavra à deputada Beatriz Cerqueira, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença dos deputados Cleitinho Azevedo e Cássio Soares. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2021.

João Magalhães, presidente – Duarte Bechir – Roberto Andrade – Cristiano Silveira.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 25/8/2021

Às 10h9min, comparecem à reunião os deputados Marquinho Lemos, Professor Cleiton, Virgílio Guimarães e Arnaldo Silva (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Marquinho Lemos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.916/2021, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja realizada audiência pública para debater a precarização dos serviços no Hospital Alberto Cavalcanti;

nº 9.933/2021, do deputado Marquinho Lemos, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 2.924/2021 e suas possíveis consequências para os servidores administrativos nos quadros da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais;

nº 9.954/2021, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre eventuais negociações com o Município de Três Corações no sentido de transferência total ou parcial da Casa de Saúde Santa-Fé, consubstanciadas em todos os estudos técnicos que demonstrem sua viabilidade e que embasaram a decisão tomada, e sobre as seguintes questões: a) se procedem os rumores sobre essa transferência; b) em caso positivo, se a situação foi submetida ao Conselho Estadual de Saúde; c) qual instrumento jurídico está sendo utilizado para a formalização da transferência; d) se essa transferência é total ou parcial e qual ou quais serviços passariam a ser prestados sob responsabilidade do município; e) se os servidores da unidade foram cientificados dessa intenção; f) se os servidores serão cedidos ao município ou ficarão sob responsabilidade da Fhemig; g) se serão respeitadas as gratificações, progressões e o regime jurídico, inclusive as gratificações para os cargos de chefia e direção; h) quais benefícios trará essa transferência para a qualidade do serviço e para os servidores públicos;

nº 9.970/2021, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, no Município de Perdões, para debater o retorno das atividades de transporte nas ferrovias no Estado, especialmente na região Sul do Estado, e as desapropriações de casas dos moradores no entorno da rede ferroviária.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2021.

Professor Cleiton, presidente – Virgílio Guimarães.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CPI DA CEMIG NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/8/2021

Às 14h11min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Cássio Soares, Professor Cleiton, Hely Tarquínio, Sávio Souza Cruz, Zé Guilherme e Zé Reis, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Elismar Prado, Roberto Andrade e Bartô. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes e determina a anexação das respectivas notas taquigráficas. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, a ouvir a Sra. Sílvia Cristiane Martins Batista, ex-superintendente de Relacionamento Comercial da Cemig e o Sr. Wantuil Dionísio Teixeira, superintendente do Centro de Serviços Compartilhados da Cemig, a fim de prestarem depoimento perante a comissão na condição de testemunhas para esclarecerem sobre as contratações diretas realizadas pela empresa no período apurado. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. João Medeiros Silva Neto, promotor de justiça, prestando informações acerca do RQC nº 9482/2021 e Mauri Torres, conselheiro presidente do Tribunal de Contas do Estado, prestando informações acerca do RQC nº 9750/2021. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa o Sr. Wantuil Dionísio Teixeira e seu advogado, Dr. Marcelo Leonardo. O presidente qualifica a testemunha e passa a inquiri-la. Logo após, passa a palavra aos deputados para que façam seus questionamentos à testemunha, conforme consta das notas taquigráficas. Suspende-se a reunião por alguns minutos. A presidência reabre a reunião e convida a tomar assento à mesa a Sra. Sílvia Cristiane Martins Batista e seu advogado, Dr. Rogério Magalhães Leonardo Batista. O presidente qualifica a testemunha e passa a inquiri-la. Logo após, passa a palavra aos deputados para que façam seus questionamentos à testemunha, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.021/2021, do deputado Professor Cleiton, em que requer sejam requisitadas ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, a serem entregues no prazo de cinco dias úteis, cópias de todos os documentos relacionados ao faturamento (notas fiscais, notas de empenho, etc.) e à gestão e execução do Contrato nº 4680006138 (relatórios, termos de recebimento do serviço, aditivos, etc.), firmado com a empresa IBM, e que a documentação seja encaminhada à comissão, por meio eletrônico pesquisável, em formato pdf;

nº 10.028/2021, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja intimado o Sr. José Roberto Romeu Roque, representante legal da empresa Audac Serviços Especializados de Atendimento ao Cliente S.A., na condição de testemunha, para prestar esclarecimentos sobre fatos envolvendo o processo licitatório realizado pela Cemig para a contratação de serviços de *call center*, a sua contratação e rescisão contratual e a contratação direta, sem processo licitatório, de outra empresa para o mesmo serviço;

nº 10.029/2021, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Professor Cleiton e Sávio Souza Cruz, em que requerem a intimação do Sr. Marcelo Flores de Moura e da Sra. Thais Lima de Marca, representantes da empresa IBM Brasil – Indústria Máquinas e Serviços Ltda., na condição de testemunhas, para esclarecimentos acerca de fatos envolvendo a celebração e a execução do Acordo de Parceria Estratégica, Tecnológica e Operacional, cujo objeto é a reestruturação de procedimentos, processos, sistemas e operação dos atuais serviços de atendimento aos clientes da Cemig e a implantação de novo modelo de atendimento nessa estatal.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2021.

Cássio Soares, presidente.

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 31/8/2021

Às 14h14min, comparecem à reunião os deputados João Magalhães, Duarte Bechir, Roberto Andrade, Raul Belém e Cristiano Silveira (substituindo a deputada Beatriz Cerqueira por indicação do BDL), membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Leninha. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 71/2021, que promove alterações na estrutura e atribuições da Polícia Civil de Minas Gerais. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 19/8/2021: ofício do Sr. Joatan Batista Gonçalves dos Reis, coordenador-geral de Registro Sindical do Ministério da Economia. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.836/2021 (deputado João Magalhães), 2.751 e 2.752/2021 (deputado Roberto Andrade), todos no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Durante a discussão do parecer do Projeto de Lei nº 1.189/2015, no 2º turno, (relator: deputado Raul Belém) foram apresentadas 6 propostas de emendas. Submetidos a votação, foi aprovado o parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1 e rejeitadas a Propostas de Emendas nºs 2, 3, 5 e 6. As Propostas de Emendas nºs 1 e 4 são declaradas prejudicadas porque foram incorporadas ao parecer. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres, pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.530/2017 (designado relator: dep. Duarte Bechir) e 1.315/2019 (designado relator: dep. Roberto Andrade), na forma do vencido em 1º Turno. Registra-se a presença da deputada Beatriz Cerqueira e a saída do deputado Raul Belém. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.751/2021 (deputado Roberto Andrade) com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça e 2.752/2021 (deputado Roberto Andrade) na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, registrando-se o voto em branco da deputada Beatriz Cerqueira neste último. O Projeto de Lei nº 4.134/2017 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão, por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.990, 9.043 e 9.044/2021. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.980/2021, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada visita da comissão ao secretário de Fazenda, para discutir sobre a ratificação do Convênio SEFAZ nº 38/12, com as alterações decorrentes da Lei Federal nº 14.183, de 2021, com vistas à alteração do teto de isenção do ICMS de veículos novos adquiridos por pessoas com deficiência, e que seja convidada para participar da visita a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

nº 10.015/2021, dos deputados Gustavo Valadares e Raul Belém, em que requerem que seja realizada audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 2.509/2021, que cria o Centro Mineiro de Controle de Doenças, Ensino, Pesquisa e Vigilância em Saúde Ezequiel Dias e dá outras providências;

nº 10.016/2021, do deputado João Magalhães, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para a criação de nova vara no Fórum da Comarca de Peçanha, acompanhado do ofício conjunto do juiz de direito Alan Raschke Jardim solicitando a criação da nova vara;

nº 10.048/2021, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja realizada audiência pública para debater com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – a constante falta de fornecimento de água no Município de Mário Campos,

especificamente nos Bairros Tangará, Bela Vista, Chácaras Maria Antonieta, Bom Jardim, Balneário, Campo Belo e Jardim Primavera, por serem os mais afetados.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra e agradece a presença das Sras. Irene Angélica Franco e Silva Leroy, chefes adjuntas da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG –, representando o chefe dessa instituição; Beatriz de Oliveira Góes, subsecretária de Gestão Estratégica da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, representando o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública; Aline Risi dos Santos, presidente da Associação dos Escrivães da Polícia Civil do Estado De Minas Gerais; e dos Srs. José Maria de Paula, presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais – Sind-Pol; Marco Antônio de Paula Assis, membro do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado Minas Gerais – Sindepominas, representando a presidente desse sindicato; Eurico da Cunha Neto, diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG; Wemerson Silva de Oliveira, assessor da Diretoria do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais – Sind-Pol; Bruno Figueiredo Viegas, presidente do Sindicato dos Escrivães de Polícia do Estado de Minas Gerais – Sindep/MG; Gleisson Mauro de Souza Costa, secretário-geral do Sindicato dos Servidores Administrativos da Polícia Civil de Minas Gerais – Siapol. A presidência concede a palavra aos autores do requerimento que deu origem ao debate, deputada Beatriz Cerqueira e Cristiano Silveira, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições, conforme consta das notas taquigráficas. O deputado Duarte Bechir solicita o registro da comemoração dos 110 anos do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – neste ano. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, amanhã, dia 1º/9, às 14h, com a finalidade de apreciar os Projetos de Lei nºs 4.134/17, 863/19, 2.275/20 e 2.744/21, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2021.

João Magalhães, presidente – Duarte Bechir – Roberto Andrade – Beatriz Cerqueira.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da CPI da Cemig

Nos termos regimentais, convoco a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Professor Cleiton, Hely Tarquínio, Sávio Souza Cruz, Zé Guilherme e Zé Reis, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/9/2021, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, ouvir a Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, assessora da Diretoria de Regulação e Jurídica da Cemig, na condição de testemunha, para esclarecer as contratações diretas realizadas pela empresa no período investigado, e o Sr. Thiago Ulhoa Barbosa, ex-superintendente jurídico da Cemig, a fim de prestar depoimento, na condição de testemunha, com o objetivo de esclarecer as contratações diretas realizadas pela empresa e o preenchimento de cargos técnicos por não concursados no período apurado.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2021.

Cássio Soares, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Nos termos regimentais, convoco os deputados Douglas Melo, André Quintão, Betão e Mário Henrique Caixa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/9/2021, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber,

discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o processo de privatização das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais – Ceasaminas –, suas consequências para a agricultura familiar, os pequenos produtores rurais e a população mineira e os impactos desse processo na vida dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2021.

Celinho Sintrocel, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Beatriz Cerqueira e Ione Pinheiro e os deputados Duarte Bechir, Glaycon Franco, Raul Belém e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 13/9/2021, às 17 horas, na Secretaria de Estado da Fazenda, na Cidade Administrativa, com a finalidade de discutir sobre a ratificação do Convênio Sefaz nº 38/12, com as alterações decorrentes da Lei Federal nº 14.183, de 2021, com vistas à alteração do teto de isenção do ICMS de veículos novos adquiridos por pessoas com deficiência.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2021.

João Magalhães, presidente.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o Município de Alpinópolis pelo projeto A participação do Conselho de Saúde no enfrentamento da covid-19 e das medidas de prevenção ao acompanhamento da vacinação, selecionado pelo Conselho Nacional de Saúde na 4ª Edição do Laboratório de Inovação – Conselhos de Saúde e Participação Social na Resposta à Covid-19 (Requerimento nº 8.660/2021, do deputado Raul Belém);

de congratulações com o Sgt. PM Jairo Pires, o Sgt. PM Waldemir Aparecido de Oliveira e o Cb. PM Gonçalves, que fazem parte das Rondas Ostensivas com Cães – Rocca – em Montes Claros, que atenderam ao pedido da mãe de um menino de 6 anos que sonha em ser policial militar e participaram do seu aniversário, que teve a polícia como tema, em 12/8/2020 (Requerimento nº 8.960/2021, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais civis do Departamento Estadual de Combate ao Narcotráfico – Denarc – pelas investigações que culminaram na prisão de dois homens no Bairro Xangrilá, em Contagem, e na apreensão de drogas, uma balança, uma máquina de armazenamento a vácuo e três veículos (Requerimento nº 8.961/2021, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais civis que participaram da operação Black Time, que resultou na prisão de 13 indivíduos no decorrer dos trabalhos investigativos, que duraram mais de dois meses, e na apreensão de drogas e veículo, contribuindo para o desmantelamento dessa organização criminosa e a prevenção de diversos crimes (Requerimento nº 8.979/2021, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais rodoviários federais pela apreensão de cerca de cinco toneladas de substância análoga a maconha, num posto de combustível, na BR-364, em Frutal, no Triângulo Mineiro (Requerimento nº 8.980/2021, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que atuaram na prisão de um indivíduo que estava preparando e guardando drogas ilícitas em seu domicílio e na apreensão de microtubos contendo substâncias semelhantes a cocaína e a maconha, buchas de substâncias semelhantes a maconha, barras de substâncias semelhantes a cocaína e a haxixe, três balanças de precisão, quantia em dinheiro, armas e um adaptador para arma de fogo Kit Ronin (Requerimento nº 8.981/2021, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o delegado de Polícia Hans Rocha Baia, os investigadores Rogério Borges Vasconcelos, Marden Antônio Pereira de Souza e Silvânia Ribeiro Marinho e o escrivão Marcio Costa do Nascimento pela prisão preventiva, em Montalvânia, no norte do Estado, de um homem de 44 anos, pelo estupro de uma menina de apenas 9 anos de idade (Requerimento nº 9.003/2021, do deputado Delegado Heli Grilo).



REQUERIMENTOS APROVADOS

REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 8.769/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 14ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/7/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde de Ouro Preto e à Universidade Federal de Ouro Preto pedido de providências para que realizem estudo conjunto acerca da ocorrência de doenças respiratórias entre os moradores das localidades da Bocaina, Morais e Amarantina, tendo em vista a expansão da atividade minerária na região.

Sala das Reuniões, 14 de julho de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

REQUERIMENTO Nº 8.986/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado, Romeu Zema, à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e à Procuradoria-Geral de Justiça pedido de providências para que seja fortalecida a distribuição das vacinas contra Covid-19 para a cidade de Uberlândia e que os imunizantes sejam encaminhados respeitando o contingente populacional dos municípios mineiros.

Sala das Reuniões, 6 de agosto de 2021.

Elismar Prado, vice-líder do Bloco Democracia e Luta (Pros).

Justificação: Lembrando do dever do Estado de garantir a saúde da população e que a pandemia ainda não dá sinais de que será superada, requeremos que o Município de Uberlândia possa receber mais doses do imunizante, pois, conforme matéria do Jornal O Tempo, a cidade, que é a segunda maior do Estado, “(...) recebeu até o momento 509.149 doses, cerca de 25 mil a menos do que Juiz de Fora, na Zona da Mata, cidade com 573.285 habitantes – quarto maior município do Estado. Ou seja, embora tenha cerca de 120 mil moradores a mais do que Juiz de Fora, a cidade do Triângulo recebeu quantitativo muito inferior”. (<https://www.otempo.com.br/cidades/prefeitura-de-uberlandia-questiona-governo-por-quantitativo-de-doses-recebidas-1.2520931>).

A citada reportagem é de 31/07 do corrente ano e, em 04/08, veio a comprovação dos efeitos devastadores da baixa quantidade de vacinas enviadas, porque, enquanto Minas Gerais registra redução na ocupação de leitos para tratamento da Covid-19 “Uberlândia tem sistema de saúde em colapso, com ocupação de UTIs em 100%. Desde o início da pandemia, houve 2.787 mortes causadas pela infecção por coronavírus na cidade e 111.981 casos confirmados de Covid-19” (<https://www.otempo.com.br/cidades/uberlandia-tem-sistema-de-saude-em-colapso-com-ocupacao-de-utis-em-100-1.2522773>).

Reiteramos nosso entendimento de que os critérios para a distribuição de vacinas devem ser justos e técnicos, não sendo admissível que a vacinação da segunda maior cidade do Estado fique aquém das demais.

Exatamente nessa linha propusemos o Projeto de Lei nº 2.726/2021 junto à ALMG para que seja garantida a distribuição proporcional à população de cada município de imunizantes contra a Covid-19.

Nesse passo, requeremos a efetivação da distribuição fortalecida das vacinas para a cidade de Uberlândia e que os imunizantes sejam encaminhados respeitando o contingente populacional dos municípios mineiros.

REQUERIMENTO Nº 8.990/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado, Romeu Zema, e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que sejam tomadas as medidas legais e administrativas para garantir aos servidores administrativos do Detran-MG a escolha de permanecerem nos quadros da Polícia Civil, caso se efetive a transição administrativa no órgão.

Sala das Reuniões, 13 de agosto de 2021.

Elismar Prado, vice-líder do Bloco Democracia e Luta (Pros).

Justificação: Os servidores do Detran-MG estão preocupados e indignados, já que não há opção de carreiras, uma vez que o Projeto de Lei nº 2.924/2021, apesar de tratar da transformação dos cargos, não contempla a possibilidade de que servidores possam requerer que o vínculo permaneça nos quadros da Polícia Civil.

A questão é de extrema importância, pois não se está a tratar apenas de números em um quadro de funções, mas da atividade profissional de centenas de pessoas e que, em plena pandemia, se sentem inseguras.

Desse modo, buscando a melhor situação para os servidores e para a população do Estado, já que os serviços prestados são essenciais ao bom funcionamento de nossa sociedade, ao mesmo tempo em que a PCMG vive grande déficit de servidores, é preciso implementar a opção mencionada para que a transição não seja prejudicial.

Ante o exposto, solicito aos nobres pares aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 9.038/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor – pedido de providências para a realização de obras de recuperação e manutenção dos serviços de água e esgoto na cidade de Veredinha e no Distrito de Mendonça, daquele município, promovendo, especialmente, a substituição de tubulação danificada e a correção de vazamentos na rede existente entre a comunidade do Curtume e o mencionado Distrito.

Sala das Reuniões, 19 de agosto de 2021.

Duarte Bechir, vice-presidente da Comissão de Administração Pública (PSD).

REQUERIMENTO Nº 9.043/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Delegada Sheila, Delegado Heli Grilo, João Leite e Bruno Engler aprovado na 21ª Reunião Extraordinária, realizada em 17/8/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado – AGE – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que agilize as tratativas e facilite os entendimentos com os aproximados três mil servidores públicos que ingressaram na justiça para o recebimento de suas férias-prêmio devidas pelo Estado, tendo em vista que, conforme anunciado, seu tratamento será em separado.

Por oportuno, informa que a 21ª Reunião Extraordinária teve por finalidade debater a real situação financeira do Estado, conhecer os resultados fiscais, o saldo em caixa na conta única do Tesouro Estadual, em face do não-pagamento de ajuda de custo, diárias e férias-prêmio aos servidores públicos, civis e militares

Sala das Reuniões, 18 de agosto de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 9.044/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e do deputado Bruno Engler, Delegada Sheila, Delegado Heli Grilo e João Leite aprovado na 21ª Reunião Extraordinária, realizada em 17/8/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para que adote todas as medidas necessárias para a efetividade dos comandos trazidos pela Emenda Constitucional nº 98, de 2018, que permite a conversão em espécie das férias-prêmio adquiridas até 29/2/2004 mas não gozadas, para quitação, total ou parcial, no sistema financeiro de habitação ou em sistema estadual de financiamento habitacional, do saldo devedor de financiamento para aquisição de casa própria.

Por oportuno, informa que a 21ª Reunião Extraordinária teve por finalidade debater a real situação financeira do Estado, conhecer os resultados fiscais, o saldo em caixa na conta única do Tesouro Estadual, em face do não-pagamento de ajuda de custo, diárias e férias-prêmio aos servidores públicos, civis e militares

Sala das Reuniões, 18 de agosto de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).